

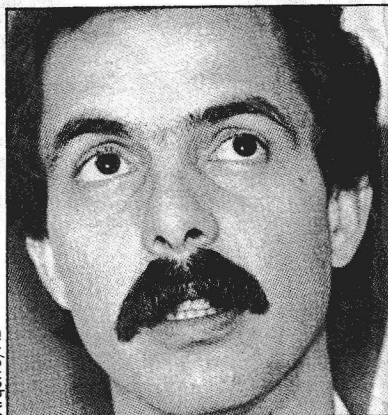
CONGRESSO APROVA LDO

Mas defeito da pulverização de recursos continua

A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) aprovada ontem no Congresso Nacional sofre de um mal básico: "Ela não define as prioridades de investimentos da União", afirma o economista e deputado federal Sérgio Machado (PSDB-CE), ao lembrar que, conforme a Constituição de 1988, elencar prioridades seria o principal papel desse instrumento de política fiscal.

No entanto, a exemplo das três LDOs anteriores, a lei votada ontem pelos parlamentares apenas estabelece que o orçamento da União para 1993 deverá destinar 10% da receita líquida para investimentos, algo em torno de US\$ 11 bilhões, que serão pulverizados em milhares de obras sociais. A receita líquida exclui as transferências constitucionais para Estados e municípios e a obrigatória aplicação de 18% dos recursos no setor educacional.

"Continuamos a pensar o País sem um projeto", afirma o deputado Sérgio Machado. A rigor, a LDO fixa prioridades em nada menos que 90 programas e 360 subprogramas em todos os setores de atuação do poder público.



Arquivo/AE

Mercadante aponta avanços

Além disso, segundo avalia Aurélio Valença, especialista em planejamento e assessor da liderança do PSDB, a lei aprovada não cumpre com outros papéis como a inclusão de alterações de legislação tributária a vigorar no próximo ano nem as diretrizes de política das instituições oficiais de crédito. "Em compensação, as regras fixadas são demagógicas", diz Valença. Ele aponta, por exemplo, proibições como a de mobiliar imóveis funcionais ou adquirir automóveis que significariam "um gasto marginal".

Já o economista e deputado federal Aloisio Mercadante

(PT-SP) enxerga alguns avanços da nova lei em relação às anteriores. Ela obriga, por exemplo, que o governo transfira automaticamente os recursos orçamentários para obras e serviços, o que elimina a necessidade de atuação de intermediários. Isto significa que os 360 subprogramas deverão ser tocados ao mesmo tempo, proibindo-se a destinação de recursos para uma obra em detrimento de outras.

Sem especialistas

A lei também exige que o governo preste mensalmente contas de suas despesas em todos os níveis. A LDO foi discutida sem a participação de parlamentares-economistas, como César Maia (PMDB-RJ), Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Paulo Hartung (PSDB-ES) que são especialistas no assunto. Os três já estão em campanha para prefeito nas próximas eleições. Um deputado da oposição lamenta a ausência: "O governo não teve representantes à altura", ele constata.

Vicente Dianiezi